

Moçambique: a Renamo é uma ameaça real à liderança da Frelimo?

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Desde o regresso de Afonso Dhlakama às encostas da serra da Gorongosa, em 2012, e o recomeço da insurgência armada da Renamo, em Abril de 2013, que o futuro político de Moçambique se apresenta incerto e com poucas perspectivas de estabilizar no curto-prazo. Enquanto que a Renamo estiver motivada para pressionar o Governo no sentido de obter mais cedências,¹ o executivo e a Frelimo enfrentam um dilema: deverão ceder mais terreno a Dhlakama, como forma de o acomodar, ou recusar e assim provocar novos confrontos armados?

Este dilema ganha acrescida relevância se se considerar a exigência de Dhlakama em introduzir uma gestão autónoma nas províncias em que obteve a maioria dos votos nas últimas eleições.² Uma situação já de si complicada agravou-se mais ainda com o assassinato de Gilles Cistac, um conhecido constitucionalista moçambicano que defendeu a legalidade constitucional da formação de províncias autónomas. De imediato, Dhlakama acusou

os “radicais da Frelimo” de estarem por detrás da morte do constitucionalista, o que foi rejeitado pela liderança do partido no poder, que afirmou pretender “responsabilizar os criminosos”.³ Cistac foi assassinado pouco tempo depois de ter defendido a descentralização do poder, a viabilidade da autonomia provincial e a necessidade do Presidente Filipe Nyusi se desvincular da Frelimo como forma de se tornar independente dos órgãos superiores do partido, nomeadamente do ex-Presidente e líder da Frelimo, Armando Guebuza.⁴

Independentemente do papel que a Frelimo possa ter tido no assassinato de Cistac, é inevitável que saia reforçada a percepção popular de que o partido goza de impunidade e que abusa do poder. Na mesma medida, o assassinato veio promover a posição da Renamo enquanto alternativa política. De facto, a Renamo, que se pensava estar moribunda,⁵ parece ter voltado em força

1 Entre as quais se destacam a reforma da lei eleitoral e a integração dos combatentes da Renamo nas forças armadas e de segurança nacionais. Esta última, que ainda não foi consumada, teve lugar na véspera das eleições de Outubro de 2014.

2 As províncias de Sofala, Manica, Tete, Nampula, Zambézia e Niassa. A província de Cabo Delgado, no norte do país, ficaria sob o controlo da Frelimo. Ver “Afonso Dhlakama quer ser Presidente do centro e norte de Moçambique” (*Deutsche Welle*, 11 de Janeiro de 2015).

3 “Indignação e acusações em Maputo devido à morte de Gilles Cistac” (*Voice of America*, 5 de Março de 2015).

4 O líder da Frelimo detém poderes substanciais sobre a presidência do país. “Gilles Cistac sugere que Filipe Nyusi se “desvincule” da Frelimo para ser soberano” (*Verdade*, 4 de Fevereiro de 2015).

5 Resultado de mau planeamento e estratégia partidária. Nas eleições de 2008, a Renamo perdeu o controlo sobre todos os municípios que controlava, chegando mesmo a perder o município da Beira para Daviz Simango, ex-membro da Renamo e fundador do MDM, a actual terceira força política no país.



em 2014. Através do retorno a uma estratégia de ameaça do uso da acção armada e de boicote a actos eleitorais, a Renamo conseguiu ver algumas das suas exigências satisfeitas e parece ter recuperado algum do apoio popular que havia perdido nos últimos anos.

Posto isto, irá o Governo moçambicano ceder à sua exigência no sentido de criar províncias autónomas? A Renamo tem noção de que tal é possível através da ameaça de acção armada. No entanto, a Frelimo não abdicará facilmente de províncias que são estratégicas⁶ para as finanças nacionais e para os interesses da elite do partido, entre os quais se destacam os interesses económicos da família Guebuza. Perante esta conjuntura, i.e. tendo em conta a vontade da Renamo em ter mais poder no norte e no centro do país e a relutância do Governo e da Frelimo em perder esse mesmo controlo sobre fontes importantes de financiamento, iremos assistir a uma escalada nas tensões?

A Renamo tem o jogo a seu favor

É comum afirmar-se que a Renamo não reúne os recursos ou as condições para lançar uma ofensiva de grande escala contra Maputo. Apesar de tal ser provavelmente verdade, não se deve subestimar a capacidade do braço armado da Renamo em desestabilizar o país e infligir danos consideráveis às forças governamentais. Afinal de contas, os homens armados da Renamo conseguiram, no Verão de 2013, fazer frente, com relativo sucesso, às Forças Armadas de Moçambique (FADM), tendo mesmo virtualmente dividido o sul do norte do país ao bloquear a principal estrada, a EN-1 (essencial para a economia doméstica), e ameaçado suspender a circulação ferroviária na linha do Sena (parte integrante da exportação de carvão).

O sucesso de uma insurgência armada mede-se, em parte, pelos níveis de motivação do grupo. Do lado da liderança da Renamo, as recentes cedências do Governo, bem como as expectativas relacionadas com o acesso ao *boom* de recursos naturais esperado para os próximos anos (exploração do carvão e gás natural),⁷ são dois elementos altamente motivadores. Curiosamente, o regresso de Dhlakama à Gorongosa deu-se pouco tempo depois do anúncio da descoberta de reservas de gás natural. Do lado do apoio popular, o sector da população mais pobre, nomeadamente as comunidades rurais, pretende ter acesso aos benefícios inerentes à exploração de recursos naturais em Moçambique.⁸ A Renamo

surge neste contexto como alternativa ao *statu quo*. Em parte, é a partir da mobilização dos sectores da população que desejam a mudança que a Renamo conseguiu rejuvenescer em 2014. Acresce que o assassinato de Gilles Cistac tenderá a aumentar esse apoio. Importa ainda referir que, apesar de algumas deserções e do protesto relativo da parte de alguns membros, a Renamo tem uma liderança com capacidade de comando e controlo. Por outro lado importa ter em conta os recursos humanos e militares da Renamo. A liderança do partido, nomeadamente a ala mais velha, tem não só uma vasta experiência em acções de guerrilha como conhece bem a geografia do centro e do norte do país. A juntar a isto, o regresso de Dhlakama à Gorongosa e o estabelecimento de uma base militar foi acompanhado pelo começo do treino militar de veteranos de guerra. Apesar de não existirem dados concretos acerca do número de combatentes da Renamo, estima-se que possa ter quase 1000 homens armados. Tal reforça a ideia de que a Renamo não terá capacidade para iniciar uma guerra aberta contra um exército regular com mais e melhor equipamento militar.⁹ No entanto, o sucesso de algumas insurgências em África prova que tal não é necessário.¹⁰ Acresce que a Renamo poderá dois factores adicionais a seu favor: um exército moçambicano com apenas cerca de 13 mil soldados e deliberadamente fraco;¹¹ e ainda a existência de um elevado número de armas de pequeno calibre espalhadas pelo país.

De acordo com um estudo da Open Society Foundation, estima-se que entre 500 mil e seis milhões de armas tenham sido importadas durante a guerra civil e que três a quatro milhões de armas tenham estado em circulação no final da guerra. O estudo adianta que apesar do sucesso dos programas de desarmamento, existe ainda um elevado número de armas de pequeno calibre disponíveis em território moçambicano. Nesta investigação é referida igualmente o desconhecimento governamental sobre a quantidade de armas na posse das forças de segurança nacionais, o que levanta questões relativamente à capacidade do executivo em impedir a proliferação e o uso ilegal de armas de pequeno porte no país.¹²

A proliferação de armas em Moçambique joga a favor do braço armado da Renamo. A juntar a isto acresce ainda

6 Entre as quais se destacam a província de Tete, pela exploração de carvão, e a província de Nampula, pela abundância de pedras preciosas e acesso ao marico em gás natural.

7 Moçambique prepara-se para se posicionar entre os 10 maiores produtores mundiais de carvão e entre os 20 maiores produtores de gás natural. Ver "Mozambique to become one of biggest coal & gas producers" (*Mozambique Political Process Bulletin*, 15 de Fevereiro de 2013).

8 Apesar da elevada riqueza natural, Moçambique é um dos países mais pobres do mundo: ocupa a 178ª posição, entre 187 países, do Índice de Desenvolvimento Humano.

9 "Armed Forces for the Defence of Mozambique" (*Defence Web*, 23 de Agosto de 2013).

10 Como no caso da Frente Patriótica do Ruanda (FPR) nos anos 1990 e mais recentemente do Boko Haram na Nigéria.

11 O orçamento de 2014 alocou apenas 2,2% do PIB às FADM, sendo que a média em África ronda actualmente os 8%. Tal pode-se justificar tanto pelo peso nas contas públicas como pelo receio de existirem forças armadas com demasiado poder. Contudo, a tendência de investimento nas forças armadas é de crescimento, em larga medida devido à necessidade de desenvolver a marinha de guerra no que respeita à protecção e monitorização do território marítimo.

12 "Avaliação do crime e violência em Moçambique" (*Open Society Foundation*, 2012).



o saque de armas a forças governamentais, o que contribuiu para uma maior capacidade militar do grupo. Em Janeiro de 2014, o assessor político da Renamo para a região sul de Moçambique, Rahil Khan, afirmou que o partido não se terá desfeito por completo do arsenal de armas usadas durante a guerra civil, adiantando que há armas espalhadas por todo o país.¹³ Contudo, estas declarações foram contrariadas em Setembro de 2014 pelo porta-voz da Renamo, António Muchanga. De acordo com Muchanga, as armas actualmente detidas pelo grupo pertenciam às FADM e foram obtidas aquando dos ataques aos homens da Renamo,¹⁴ negando ainda a existência de arsenais escondidos em Moçambique. No entanto, as declarações de Rahil Khan ganham força com a ocorrência de casos em que armas de calibre militar foram encontradas, o que aumenta a possibilidade de existirem outros esconderijos em Moçambique.¹⁵

Sendo que o braço político da Renamo goza de uma fonte regular de rendimento através das subvenções relativas à representação parlamentar, no que respeita ao braço armado as suas fontes de financiamento são menos conhecidas. Posto isto, uma das potenciais fontes de financiamento será o tráfico de marfim. Tem sido noticiado que a maioria dos estrangeiros detidos na África do Sul sob acusações de caça furtiva são moçambicanos e que antigos militares garantem protecção política a estes grupos criminosos, tendo ainda sido encontrado armamento e uniformes típicos das forças armadas e de segurança moçambicanas.¹⁶ Não obstante o facto de serem membros da Frelimo os visados no envolvimento no tráfico de marfim, a mesma lógica não se aplicará à Renamo? Parte do marfim que passa por Moçambique é extraído e exportado na região norte, nomeadamente através do aeroporto de Pemba, na província de Cabo Delgado.¹⁷ É também um facto conhecido que durante a guerra civil a Renamo usou a caça furtiva como meio de financiamento. Por outro lado, o regresso de Dhlakama à Gorongosa coincidiu com um aumento considerável na caça furtiva.¹⁸ Não havendo certezas, é no entanto possível aferir que a presente campanha da Renamo é em si um veículo para ter acesso a maior financiamento, nomeadamente à imensa riqueza natural de Moçambique.

Influência externa: um game changer

A província de Sofala, o bastião de Dhlakama, está estrategicamente localizada entre o norte, rico em recursos naturais, e o longínquo centro de poder económico e político, mas pobre em recursos, Maputo. O sucesso da insurgência da Renamo em 2013 demonstrou que as forças militares e policiais não têm controlo efectivo sobre as regiões norte e centro do país, o que reforça a posição da Renamo e enfatiza o risco associado à cedência de autonomia provincial. No entanto, não é do interesse nacional, i.e. das duas forças políticas, provocar uma escalada nas tensões e iniciar um confronto armado. O resultado imediato seria a interrupção do fluxo de investimentos, em particular nas altamente lucrativas indústrias extractivas, e o isolamento e condenação regional e internacional, com especial relevância para os países vizinhos e a SADC.

No que respeita aos Estados mais próximos, cerca de metade dos membros da SADC não têm acesso ao mar, tornando-os dependentes de outros países para escoar os seus produtos para os mercados internacionais. Este é o caso do Malawi, da Zâmbia e do Zimbabwe, cuja estabilidade socio-económica depende em grande medida das rotas de transporte de mercadorias que atravessam Moçambique. A própria África de Sul tem também grandes interesses económicos em Moçambique que, em caso de instabilidade, serão seguramente afectados. Por outro lado, as suas zonas de fronteira com Moçambique poderão ser alvo de incursões por homens armados da Renamo, com as consequências daí decorrentes. Tendo em linha de conta estas ameaças, os países da região e a própria SADC já expressaram a sua preocupação com a instabilidade vivida em Moçambique.

O Zimbabwe foi quem assumiu publicamente a posição mais agressiva. O Governo de Harare está especialmente preocupado com as consequências económicas de possíveis interrupções no funcionamento do oleoduto e da linha férrea que ligam o Zimbabwe ao porto da Beira, bem como com a segurança nos campos de diamantes de Marange, importante fonte de rendimento localizada perto da fronteira com Moçambique. Após a decisão da Renamo de abolir o acordo de paz em 2013, um elemento do Governo do Zimbabwe afirmou que “será um erro a Renamo provocar instabilidade e esperar que o Zimbabwe fique a assistir”, avisando que a SADC “consideraria enviar tropas para ajudar o Governo [de Moçambique] caso a situação securitária se deteriore”.¹⁹

É, no entanto, improvável que Harare ordene uma intervenção unilateral. Uma acção dessa natureza em Moçambique, fora do contexto da SADC, complicaria as hipóteses de uma futura intervenção regional no país, na medida em que retira a legitimidade do princípio da

13 “Assessor da Renamo garante que homens do partido têm armas em todo o país” [*Lusa*, 10 de Janeiro de 2014].

14 “Que garantias há de que RENAMO entregará todas as armas?” [*Deutsche Welle*, 9 de Setembro de 2014].

15 “Polícia descobre 39 armas de fogo enterradas em Cabo Delgado” [*Verdade*, 13 de Novembro de 2014].

16 Ver “Obama Urged to Sanction Mozambique over Elephant, Rhino Poaching” [*Inter Press Service*, 2 de Julho de 2014].

17 “Home-grown corruption is killing Africa’s rhinos and elephants” [*Daily Maverick*, 28 de Novembro de 2014].

18 “Poaching Peace and Security” [*Atlantic Council*, 28 de Outubro de 2013].

19 “Zimbabwe warns Mozambique’s Renamo not to resume war” [*BBC News*, 23 de Outubro de 2013].



acção colectiva da SADC.²⁰ O Pacto de Defesa Mútua da SADC apela à acção colectiva sempre que um governo democraticamente eleito enfrente uma ameaça. No entanto, tal não estará imune a que posições divergentes, sobre quando e como tomar uma acção militar, surjam no que respeita a uma intervenção em Moçambique, como comprovado pelas intervenções no Lesoto e RDC.²¹ Não obstante as dificuldades de consenso dentro da SADC, a estabilidade em Moçambique é de interesse estratégico para todos os países da região. Assim, é muito provável que a deterioração da estabilidade e segurança do país leve à mobilização dos Estados-membros no sentido de uma intervenção. Em suma, qualquer ofensiva de larga escala pela Renamo terá de ter em consideração uma possível intervenção mandatada pela SADC.

A mesma lógica se aplica às multinacionais que estão de momento a investir, ou que pretendem fazê-lo, na exploração de recursos naturais em Moçambique. Os últimos anos posicionaram Moçambique no centro das atenções mundiais por força do potencial das suas reservas de gás natural. No entanto, colocar o gás natural moçambicano nos mercados internacionais é um processo complexo e dispendioso, que requer uma governação estável e, acima de tudo, investidores dispostos a arriscar. O investimento é vital para a construção de infra-estruturas que permitam um funcionamento eficiente da indústria. Isto, por sua vez, requer um nível de risco político relativamente limitado. Não obstante a instabilidade em Moçambique, as descobertas de gás natural aparentam ser de tal maneira promissoras que os investidores internacionais e compradores de gás natural liquefeito estão dispostos a assinar contratos de longa duração para iniciar estes projectos.²² Contudo, resta saber até que ponto estarão os mesmos dispostos a tolerar uma espiral de instabilidade.

Importa ainda considerar aqueles que serão os grandes *players* no mercado de gás natural moçambicano: os países asiáticos. Estes têm demonstrado particular interesse pelos recursos moçambicanos, não só pela quantidade das reservas mas também pela localização estratégica de Moçambique no Oceano Índico, tornando-o mais apetecível do que outras potências energéticas africanas como Angola e a Nigéria. Os principais actores asiáticos no mercado de gás natural moçambicano são a Índia, o Japão, a Coreia do Sul e, como não poderia deixar de ser, a China. De facto, como afirma Loro-Horta, a China está rapidamente a afirmar-se “como o mais importante actor diplomático e económico em Moçambique”, investin-

do milhões “sem fazer perguntas”.²³

Neste contexto, a instabilidade gerada pela Renamo é um obstáculo aos objectivos do executivo chinês. Ora, desenvolvimentos recentes como os esforços de mediação da China no Sudão do Sul e o contributo de 500 militares para a missão de manutenção da paz da ONU no Mali, apontam para uma mudança de estratégia de Pequim em relação a África, no sentido de um empenho mais activo no apoio à paz e segurança no continente, em oposição à tradicional posição de não-interferência e de uma certa indiferença. Esta mudança tem como fundamento principal a protecção dos seus interesses no continente e tem potenciado um aprofundamento da cooperação multilateral, não apenas com a ONU mas também com organizações regionais, como é o caso da União Africana.²⁴ Posto isto, tendo em conta os ajustes na estratégia chinesa, bem como o interesse do executivo chinês em tornar Moçambique num *hub* de gás natural, não deve ser excluída a hipótese de Beijing começar a fazer mais exigências relativamente aos seus investimentos e a exercer maior pressão diplomática, possivelmente em concertação com a União Africana e/ou a SADC, de maneira a forçar um entendimento entre a Frelimo e a Renamo. Uma coisa é certa: dificilmente a China ficará a assistir passivamente aos jogos de poder da política moçambicana se estes colocarem em causa os seus interesses nas maiores reservas de gás natural na África subsariana.

Conclusão

Os próximos meses prometem ser emocionantes para os fãs de *thrillers* políticos. A investigação sobre o assassinato de Gilles Cistac está em curso e o resultado tenderá a beneficiar a posição da Renamo. Entretanto, a questão da introdução de uma gestão autónoma das províncias conquistadas por Dhlakama continua uma incógnita. Como se viu, a Renamo sabe que tem alavanca-gem neste processo enquanto a Frelimo se depara com um espaço de manobra limitado. Inconscientemente, os rivais históricos de Moçambique colocaram-se numa situação em que os dois se encontram numa rota de colisão eminente. O tempo dirá qual deles acabará por ceder. No caso improvável de tal não acontecer, o choque resultante terá repercussões reminiscentes da guerra civil.

A Frelimo e a Renamo têm clara noção de que uma espiral de conflito armado terá consequências negativas para a exploração dos recursos naturais. Inevitavelmente, serão suspensos os investimentos previstos para os

20 “Why Zimbabwe can’t invade Mozambique” (*Mail & Guardian*, 8 de Novembro de 2013).

21 “Renamo - The Next Battle” (*The Southern Times*, 15 de Novembro de 2013).

22 A norte-americana Anadarko anunciou, em 2014, ter assinado contratos de abastecimento de gás natural, de longa-duração, com compradores asiáticos. Ver “Anadarko Signs Supply Contracts With Asian Buyers, Defining Clearer Investment Plans For Mozambique LNG” (*Forbes*, 31 de Março de 2014).

23 “East Africa eyes the race for LNG exports” (*Office of the Federal Coordinator for Alaska Natural Gas Transportation Projects*, 27 de Maio de 2014).

24 Um exemplo é a admissão da União Africana como membro de pleno direito no Fórum de Cooperação China-África e o lançamento do Diálogo Estratégico China-UA para a Paz e Segurança em África. Ver “Drawing in the dragon: China’s involvement in Africa’s peace & security” (*Strife*, 29 de Janeiro de 2015).



próximos anos, o que beneficiará outros países na região que também têm reservas de gás natural, como a Tanzânia. Ver os mercados internacionais, e em especial o asiático, desviar as atenções para o seu vizinho a norte será uma dura derrota para a Frelimo e para a Renamo, bem como para a economia e a população moçambicana, a qual vê no *boom* energético uma oportunidade para a melhoria da sua situação socio-económica.

Isto dito, o conflito não é inevitável. Se, por um lado, a exploração de gás natural em Moçambique terá muito a ganhar com o envolvimento da China, por outro, é do interesse de Pequim garantir novos mercados de abastecimento, entre os quais Moçambique surge como um dos mais apetecíveis. Ora, a dinâmica entre a mudança estratégica de Pequim em relação a África, e a necessidade de defender os seus interesses e investimentos, poderá ser um factor essencial na garantia de estabilidade. Por outro lado, os países vizinhos têm todo o inte-

resse em impedir uma nova guerra civil em Moçambique e a própria SADC tem mecanismos que podem ser activados para esse fim. As consequências de uma eventual intervenção regional deveriam ser, por si só, um factor dissuasor para os dois partidos.

Para concluir, a Renamo representa sem dúvida uma ameaça real à Frelimo. Contudo, as cartas na mesa mostram que há mais em jogo do que as ambições das duas maiores forças políticas moçambicanas. A pressão dos actores internacionais com interesses imediatos em Moçambique irá ditar até que ponto é que os dois lados do espectro político poderão continuar numa rota de colisão. Até lá os dois manter-se-ão firmes na sua posição e pequenos confrontos, quer armados ou puramente políticos, serão seguramente inevitáveis. Mas, no fim, alguém terá de ceder.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

